

**SENTIDOS DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
NA MÍDIA: UMA ANÁLISE SEMÂNTICO-ENUNCIATIVA
DE UMA MATÉRIA DA FOLHA DE S. PAULO**

Marcelle Bittencourt Xavier (UESB)

bittencourt.marcelle@gmail.com

Adilson Ventura (UESB)

adilson.ventura@gmail.com

Érica Costa Rêgo (UESB)¹

erikajoicerego3@gmail.com

Daniela Ribeiro de Jesus (UESB)²

danielaribeiro.jesus@hotmail.com

RESUMO

Neste trabalho, objetivamos analisar os sentidos de *Língua Brasileira de Sinais* em uma matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, de 22 de maio de 2002, publicada um mês após a promulgação da Lei nº 10.436/02 – a qual dispõe sobre o reconhecimento da LIBRAS como língua oficial neste país. Para isso, embasamo-nos na Semântica do Acontecimento, teoria proposta pelo pesquisador Guimarães (2002; 2007; 2009; 2018), o qual considera a constituição dos sentidos na enunciação, no acontecimento do dizer. Utilizamos os procedimentos da constituição enunciativa dos sentidos no acontecimento, a saber: reescrituração e articulação; e para representar as relações de sentido, elaboramos o Domínio Semântico de Determinação (DSD). Assim, os resultados das análises apontam para sentidos de Língua Brasileira de Sinais como parte de um projeto “de inclusão” que envolve as pessoas surdas, todavia, excludente, pois além de serem englobadas nas categorias de “excluídos digitais” e “deficientes físicos”, elas têm o acesso relacionado à língua dos ouvintes e ao acatamento de suas normas.

Palavras-chave:

LIBRAS. Sentidos. Semântica Enunciativa do Acontecimento.

ABSTRACT

In this paper, we aim to analyze the meanings of the Brazilian Sign Language in an article in the *Folha de S. Paulo* newspaper, of May 22, 2002, published one month after the enactment of Law N. 10.436/02 – which provides for the recognition of LIBRAS as the official language in this country. For this, we are based on the Semantics of the Event, a theory proposed by the researcher Guimarães (2002; 2007; 2009; 2018), which considers the constitution of the senses in the enunciation, in the event of saying. We use the procedures of the enunciative constitution of the senses in the

¹ Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo apoio à pesquisa (Número do processo: 072419420200016900-62).

² Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio à pesquisa (Número do processo: 072107820200022439-89).

event, namely: rewriting and articulation; and to represent the relations of meaning, we elaborate the Semantic Domain of Determination (DSD). Thus, the results of the analyzes point to meanings of the Brazilian Sign Language as part of a “inclusion” project that involves deaf people, however, excluding, since in addition to being included in the categories of “digitally excluded” and “physically disabled”, they have access related to the listeners' language and compliance with their norms.

Keywords:

Senses. Brazilian Sign Language. Enunciative Semantics of the Event.

1. Palavras iniciais

Em 24 de abril de 2002 entrou em vigor a Lei nº 10.436, a qual dispõe sobre o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como língua oficial no Brasil. A LIBRAS é a língua materna (L1) da comunidade surda, e a Língua Portuguesa, por sua vez, é uma segunda língua (L2) para as pessoas surdas.

Ao tratarmos sobre a LIBRAS – uma marca identitária e cultural da comunidade surda –, faz-se necessário trazer à tona que, prioritariamente, por repetidas vezes foi sustentada a oralização³ a essa comunidade, e, conseqüentemente, tal atribuição esteve atrelada à apropriação da língua portuguesa, como se fosse uma obrigatoriedade.

Com isso, foram criados e propagados alguns sistemas “reabilitadores” que condicionam e ajustam as pessoas surdas a um modelo de comunicação ouvinte, dentre os quais, Lulkin (2016) destaca: i) *a priori* a retirada da língua de sinais do espaço escolar; ii) a imposição e o favorecimento de práticas e aparelhos ortopédicos, como o uso de próteses auditivas, os implantes cocleares e as cirurgias, as audiometrias e os exercícios respiratórios, a leitura labial, a articulação de fonemas, dentre outros (cf. LULKIN, 2016, p. 38).

Muitas dessas práticas são materializadas, sobretudo, pela medicina, pela psicologia, pela fonoaudiologia e pela pedagogia, tomando como direcionamento as providências para corrigir, reabilitar e “normalizar” o indivíduo surdo (*Op. cit.*, p. 40), o que por vezes pode se estabelecer

³ Compreendida como o treinamento de fala e leitura labial – por muito tempo essa prática oralista foi imposta às pessoas surdas, a fim de que elas pudessem “falar”. Para Skliar, o *oralismo* é uma forma institucionalizada do *ouvintismo*, e, este, constitui “[...] um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte” (SKLIAR, 2016, p. 15).

contrariamente à identidade surda, mais especificamente, à língua materna da comunidade surda.

Nesse percurso histórico, passa a existir uma “divisão bipolarizada” que demarca e fixa posições, separando o “mundo” das pessoas surdas do “mundo” das pessoas ouvintes falantes, a partir de uma categoria de “normalidade” que se estabelece, e, por conseguinte, ela apresenta como efeito o controle do que está fora dela (cf. LULKIN, 2016, p. 41). E nessa separação, a partir da década de 60, duas concepções sobre surdez se afirmaram, com as quais deparamo-nos: a concepção clínico-patológica e a concepção socioantropológica.

Na concepção clínico-patológica, parte-se do pressuposto de que a surdez é uma patologia, e, por isso, é analisada a partir da ausência, sendo categorizada em vários níveis (surdez leve, profunda, pré-lingüística, congênita), dentre outras classificações. É esperada uma cura, ou pelo menos a amenização dos efeitos frente a um “defeito, ou a uma deficiência”⁴, promovendo o uso de modos de comunicação focados nas habilidades orais (cf. WIXTROM, 1988, p. 21). Nesse sentido, a natureza biológica do *déficit* auditivo prevalece em relação à natureza social da surdez (cf. XAVIER, 2018, p. 49), sendo esperado que a pessoa surda supere a “deficiência” e (con)viva e interaja no mundo ouvinte (cf. WIXTROM, 1988, p. 21).

Ainda nessa posição em que a surdez é tomada como uma patologia, algumas designações são recorrentes para se referir às pessoas surdas, tais como “deficiente-auditivo”, “surdo-mudo” e “mudo”, assim destacou Gesser, em sua pesquisa sobre as concepções e os paradigmas ideológicos na educação dos alunos surdos (cf. GESSER, 2008, p. 223). Para ela, essa identidade *deficiente* construída, bem como seus “derivados pejorativos” estão muito presentes na vida das pessoas surdas, tanto quanto uma série de práticas encapsuladas nesta abordagem clínico-patológica (*op. cit.*, p. 228).

Por outro lado, na concepção socioantropológica, a surdez é analisada como uma “diferença” (SKLIAR, 2013; WIXTROM, 1988), com resgate das vivências, do passado, das artes e dos saberes da comunidade surda, e não como uma deficiência. Para Skliar (1999), aqui nesta abor-

⁴ Tradução nossa de: “[...] a defect, or a handicap [...]” (WIXTROM, 1988, p. 21).

dagem, a surdez se estabelece como uma experiência visual⁵, a qual abrange os campos linguístico, intelectual, cognitivo, cultural, ético e artístico das pessoas surdas. Portanto, o déficit auditivo não cumpre destaque nesse modelo, anulando a “deficiência”, visto que a língua de sinais é o traço fundamental de identificação sociocultural das pessoas surdas, e, estas, constituem uma comunidade linguística minoritária diferente (cf. SKLIAR, 2013, p. 134).

O que pode ser observado é que houve uma mudança da visão sobre as pessoas surdas, sobretudo, quando elas tiveram a chance de colocar em circulação seus artefatos, com suas histórias, narrativas de vida, memórias e produções culturais, e, também, a partir do reconhecimento legal da língua de sinais (cf. KARNOPP; POKORSKI, 2015, p. 362). Pois, até então, as pessoas surdas viveram sem uma visibilidade positiva.

Sendo assim, considerando o que foi apresentado até aqui e a importância de se estudar cientificamente os sentidos de *Língua Brasileira de Sinais* na mídia, elaboramos a seguinte questão-problema: Quais sentidos de *Língua Brasileira de Sinais* se materializam em uma matéria de jornal de grande circulação?

Desse modo, objetivamos analisar os sentidos de *Língua Brasileira de Sinais* em uma matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, de 22 de maio de 2002, publicada um mês após a promulgação da Lei nº 10.436/02 – a qual dispõe sobre o reconhecimento da LIBRAS como língua oficial neste país.

Optamos por esse *corpus* haja vista que a mídia é um dos mais poderosos aparelhos ideológicos da informação que influenciam aspectos da realidade. E, assim, na tentativa de criação de “verdades” definidas pela mídia, na prática, nem mesmo ela pode controlar os efeitos dessas “verdades”, uma vez que todo “acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro (GUIMARÃES, 2002, p. 12), ou seja, novos sentidos podem ser constituídos e desdobrados em outras enunciações e temporalizações.

⁵ Skliar (1999) caracteriza a surdez a partir de quatro níveis distintos, os quais são politicamente interdependentes: 1) como experiência visual; 2) como diferença política; 3) caracterizada por múltiplas identidades; e, 4) surdez vista pelo discurso da “deficiência”.

2. *Semântica do Acontecimento: aporte teórico de análise*

Para as análises, embasamo-nos na Semântica do Acontecimento, teoria essa proposta pelo professor e pesquisador Guimarães (2002, 2007, 2009, 2018), que tem como objetivo “(...) compreender o funcionamento da linguagem e das línguas” (GUIMARÃES, 2018, p. 7). Nessa perspectiva, o autor estabelece que o estudo da linguagem só é possível tomando como base a significação que, por sua vez, é produzida pela enunciação, esta, além de ser considerada como o objeto da semântica, é definida pelo pesquisador como “(...) o acontecimento do funcionamento da língua no espaço de enunciação” (*Op. cit.*, p. 23).

O Espaço de Enunciação, o qual Guimarães (2018) se refere, configura-se como sendo um lugar onde ocorre um funcionamento “político” das línguas, pois dentro desse espaço elas são distribuídas desigualmente aos falantes; o político, nesse caso, é um conflito entre as posições sociais, entre o direito de falar, o que falar e entre os sentidos do que se fala.

De acordo com Guimarães (2018), um aspecto importante é que o acontecimento de um enunciado constitui uma temporalidade de sentidos: um passado, um presente e um futuro, sendo assim, a enunciação não significa por estar no tempo, mas por estabelecer sua temporalidade de sentidos. Em virtude disso, tem-se, então, o que ele denomina de “memorável”⁶ e “futuridade”⁷, também partes constituintes de um espaço de enunciação (cf. GUIMARÃES, 2018, p. 41).

Neste trabalho, analisamos uma matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, de 22 de maio de 2002. Para isso, utilizamos os procedimentos da constituição enunciativa dos sentidos no acontecimento – articulação e reescrituração –, e, a partir deles, elaboramos o Domínio Semântico de Determinação (DSD) de *Língua Brasileira de Sinais* – a representação gráfica das relações de sentido desse termo. No que concerne à reescrituração, Guimarães (2009, p.53), explica que esta é responsável por “redizer o que já foi dito” e ela “atribui (predica) algo ao reescriturado” (GUIMARÃES, 2007, p. 84), enquanto que “uma articulação é uma relação de contiguidade significada pela enunciação” (GUIMARÃES, 2009, p. 51). O DSD, portanto, corresponde aos resultados obtidos por

⁶ O recorte do passado, o qual é produzido pelo acontecimento (cf. GUIMARÃES, 2018, p. 41).

⁷ A projeção de enunciações futuras (*ibidem*).

meio dos procedimentos descritos acima, pois coloca em evidência as relações de sentido das palavras analisadas.

3. Resultados e discussões

Ao verificarmos o *ranking* de 2020 dos jornais de maior circulação do Brasil, selecionamos a *Folha de S. Paulo*, por estar em destaque na primeira colocação – com venda em média de 338.675 exemplares diários –, segundo dados divulgados pela Associação Nacional dos Jornais – ANJ (2020), no mês de junho de 2020.

Como critério de seleção e escolha da matéria jornalística, procedemos com a ferramenta de “busca avançada” no acervo digital do referido jornal. Após o acesso, buscamos o termo *Língua Brasileira de Sinais*, optando pelo conteúdo no acervo de “todos os cadernos” e “todos os temas” da *Folha de S. Paulo*. Além disso, marcamos a ordenação das matérias pelo período que nos interessa – um ano corrente desde a promulgação da lei de reconhecimento da LIBRAS –, a saber: de 01 de abril de 2002 a 01 de abril de 2003. A princípio, apareceram 15.955 resultados, os quais foram organizados em ordem decrescente, pela data mais recente até a mais antiga.

Mas, ao delimitar os termos para “todas estas palavras”, deparamo-nos com a matéria jornalística cujo título é *Sistemas beneficiam deficientes físicos*, a qual foi publicada em 22 de maio de 2002.

De modo sumário, essa matéria trata sobre uma proposta de inclusão de pessoas com *deficiência física*, por meio de recursos e instrumentos digitais ditos *especiais* para esse grupo de pessoas; dentre esses *deficientes*, são inclusos os indivíduos surdos, os quais teriam, nessa perspectiva, acesso ao dicionário de Língua Brasileira de Sinais, que se constituiria como uma das ferramentas dessa proposta de inclusão.

3.1. Materialidade

Levando em consideração o que foi exposto, reproduzimos, a seguir, a matéria jornalística intitulada de *Sistemas beneficiam deficientes físicos*, a qual é constituída dos componentes imagético e textual:

serviço Softwares e páginas da internet especiais permitem que cegos e surdos aproveitem os recursos da computação

Sistemas beneficiam deficientes físicos

Alguns dos benefícios são: leitores de tela, dicionário em Libras (Língua Brasileira de Sinais) e sites serão lançados para o público de 16 milhões de deficientes contabilizados pela OMS (Organização Mundial da Saúde).



INICIAR INFORMÁTICA
Rede
 O projeto Rede Saci é uma iniciativa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
Objetivo
 O objetivo do projeto é desenvolver e disponibilizar softwares e páginas da internet que permitam que pessoas com deficiência física possam aproveitar os recursos da computação.
Beneficiários
 Os beneficiários são pessoas com deficiência física, incluindo cegos e surdos. O projeto prevê o lançamento de um leitor de tela para Windows XP, NT e 2000, um dicionário em Libras e sites para o público de 16 milhões de deficientes contabilizados pela OMS (Organização Mundial da Saúde).
Parceiros
 O projeto é desenvolvido em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
Informações
 Para mais informações, consulte o site do projeto: www.saci.org.br.

Fonte: Acervofolha, 2020.

Por critérios de legibilidade, transcrevemos o texto informativo que constitui a referida matéria:

Serviço: Softwares e páginas na *internet* especiais permitem que cegos e surdos aproveitem os recursos da computação

Sistemas beneficiam deficientes físicos

Neste ano, algumas novidades na área da informática poderão beneficiar cerca de 10% da população brasileira. Leitores de tela, dicionário em Libras (Língua Brasileira de Sinais) e sites serão lançados para o público de 16 milhões de deficientes contabilizados pela OMS (Organização Mundial da Saúde).

Difícil é saber quantos realmente aproveitarão esses produtos. Não há dados sobre o assunto, mas, segundo os especialistas ouvidos pela Folha, os portadores de deficiência engrossam as fileiras dos excluídos digitais.

No próximo mês, deve ser lançado o portal Rede Saci (www.saci.org.br). A página já está no ar, mas será ampliada para atender deficientes e educadores. Nela estão notícias e até pacotes de programas gratuitos para os cegos e para deficientes motores – para achar, clique em Kit Saci.

Também está saindo do forno um software para controlar o PC pela voz, o Motrix. Desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), o soft deverá atender aos tetraplégicos, que poderão digitar textos e acessar a rede com ordens faladas.

Por R\$ 850, será possível cumprir o leitor de tela Virtual Vision para Windows XP, NT, e 2000, da MicroPower. A versão custa R\$ 500 e é distribuída de graça pelo Bradesco para os correntistas.

Os Infocentros do Acesso São Paulo - projeto do Estado que tem 51 salas de Informática com acesso gratuito – terão dicionário virtual de Libras.

Assim, quando um surdo não souber como se escreve uma determinada palavra, bastará mostrar o sinal, que ele indicará a grafia. As salas já têm softs para cegos.

A Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) está fazendo um dicionário de informática com mais de 200 verbetes. “Estamos criando sinais para palavras como drive e disquete” diz Andrea Giovanela, coordenadora dos cursos.

A Biblioteca Braille, do Centro Cultural São Paulo, quer inaugurar em breve uma sala de informática para seus usuários, mas ainda depende da doação de

3.2 Análise das reescrituras e articulações presentes no texto da Folha de S. Paulo

Antes de proceder às análises, lembramos que operaremos com recortes do texto. Cumpre salientar que operar com esses recortes não significa a negação do princípio teórico de que todo enunciado deve ser considerado em sua integração ao texto; muito pelo contrário: para a Semântica do Acontecimento recorte é um fragmento do acontecimento da enunciação: “Pelo recorte as formas linguísticas aparecem como correlacionadas em virtude de terem a mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência” (GUIMARÃES, 2018, p. 75-6).

Sendo assim, em um primeiro momento, sondamos o corpus e selecionamos partes do texto que se mostraram relevantes para o interesse da análise, isto é, que afetam diretamente os sentidos construídos a partir de Língua Brasileira de Sinais. O componente imagético não é englobado por não fazer parte dessa análise que empreendemos aqui.

Feitas essas observações, partimos para a identificação de reescrituras e articulações de palavras presentes na matéria. Partimos, dessa forma, dos recortes, para depois, assinalar tais relações semânticas:

R-I: Softwares e páginas na internet especiais permitem que cegos e surdos aproveitem os recursos da computação.

R-II: Sistemas beneficiam deficientes físicos. (ACERVOFOLHA, 2020, p. 1, grifo nosso).

Pelo recorte I (R-I), que compõe o antetítulo da matéria, inicialmente observamos que as palavras software e páginas na internet articulam-se com especiais e, ao mesmo tempo, são reescrituradas por recursos da computação. Nessa perspectiva, notamos que cegos e surdos presentes nesse recorte são reescriturados pela expressão deficientes físicos, que se

encontra no segundo recorte (R-II), o qual compõe a manchete do texto jornalístico. Assim sendo, temos que:

Quadro 1: DSD de R-I e R-II

Recursos da computação | software e páginas na internet

Legenda: Símbolo (|) lê-se “determina”.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Pelas relações de sentidos constituídos, vemos que há a constituição semântica de falta física relacionada à surdez, já que, no texto, os indivíduos *surdos* são englobados, juntamente com *cegos*, na categoria de *deficientes físicos*. Além disso, avistamos a perspectiva de que esses “deficientes” precisam de *recursos* – mecanismos de acesso digital –, dispositivos esses que seriam diferenciados, especiais.

Do que é considerado *lead* da matéria jornalística, reproduzimos mais um fragmento para posterior análise:

R-III: Leitores de tela, dicionário em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e sites serão lançados para o público de 16 milhões de deficientes contabilizados pela OMS (Organização Mundial da Saúde)

R-IV: [...]segundo os especialistas ouvidos pela Folha, os portadores de deficiência engrossam as fileiras dos excluídos digitais

(ACERVOFOLHA, 2020, p. 1, grifo nosso).

Pelo recorte R-III, atentamo-nos para articulação do termo *dicionário*, com *LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)*; esta sigla, por sua vez, articula-se com *lançados para o público de 16 milhões de deficientes*; Já em R-IV, *portadores* articula-se a *deficiência* e a palavra *deficiência* articula-se com *excluídos digitais*, conforme visualizamos no DSD subseqüente:

Quadro 2: DSD de R-III e R-IV

dicionário | LIBRAS | deficientes | excluídos digitais

┆

portador

Legenda: Símbolos (|, |, ┆) indicam “determinação” de um termo em relação a outro.
Fonte: Elaboração própria, 2020.

A constituição de sentido que temos a partir disso é a de que o dicionário de Língua Brasileira de Sinais – língua que caracteriza a comunidade surda –, é lançado para milhões de *deficientes*. Ou seja, não se reporta ao termo *surdo*, neste caso. Ao mesmo tempo, a determinação de sentidos de *portador* sobre *deficientes* constitui a significação de transporte de algo que a pessoa possua, e, neste caso, constrói-se a compreensão de que os deficientes (incluindo o indivíduo surdo) carregam consigo a deficiência que possuem (tal como um fardo).

Assim, no corpo do texto da notícia, discute-se, ainda, sobre outros recursos lançados a deficientes motores e tetraplégicos. Temos que essas duas categorias são englobadas na denominação de deficientes físicos, pois esta aparece no título da matéria, que reescreve por condensação todo o conteúdo do texto. Demonstramos essa relação no DSD seguinte:

Quadro 3: DSD de deficiência

<p>deficiência motora</p> <p>⊥</p> <p>deficiência física ⊥ tetraplégicos</p>
--

Legenda: Símbolos (⊥, ⊥) indicam “determinação” de um termo em relação a outro.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Nesse sentido, dos últimos parágrafos do texto da matéria, reproduzimos outro fragmento para posterior análise:

R V: Os Infocentros do Acesa São Paulo - projeto do Estado que tem 51 salas de Informática com acesso gratuito - terão dicionário virtual de LIBRAS.

R VI: [...] quando um surdo não souber como se escreve uma determinada palavra, bastará mostrar o sinal, que ele indicará a grafia. (ACERVOFO-LHA, 2020, p. 1. (grifo nosso)

Podemos identificar que acesso gratuito, presente em R-V articula-se a Dicionário virtual de LIBRAS, mostrado em R-VI, que por sua vez, articula-se aos sentidos de grafia correta de palavras pelos surdos. Conforme observamos no próximo DSD:

**acesso gratuito | dicionário virtual de LIBRAS
| grafia correta de palavras pelos surdos**

Legenda: Símbolo (|) lê-se “determina”.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

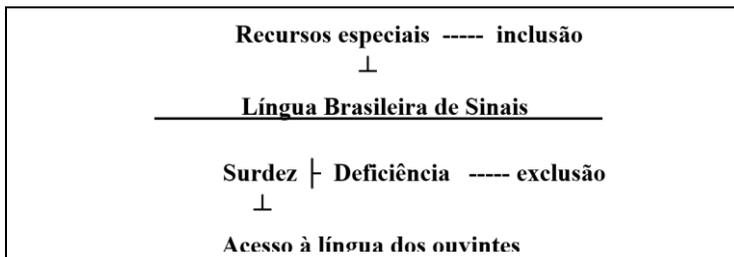
As relações de sentidos construídas a partir dessas determinações são as de que os indivíduos surdos usufruem do acesso dos mecanismos digitais criados, de forma gratuita, como o dicionário de LIBRAS. No entanto, isso acontece de forma que eles precisam atender às regras de correta escrita de palavras dos indivíduos ouvintes para serem inclusos. Ou seja, as pessoas surdas devem agir de acordo com as regras gramáticas da língua da comunidade ouvinte e não de acordo com sua forma de escrita.

Dessa maneira, em relação ao texto da matéria da Folha de São Paulo em questão, o mesmo aponta com frequência para sentidos de indivíduo surdo como um “deficiente”. Temos, portanto, que surdez sempre é associada à deficiência e, neste caso, essa associação ainda é vaga, pois deficiência está a designar indivíduos “cegos”, “surdos” e “tetraplégicos”.

Assim, não há uma distinção: o termo nomeia, de forma indiscriminada, vários grupos de pessoas e suas características. Ademais, tem-se o retrato dos indivíduos surdos como excluídos digitais, que necessitam de recursos especiais para serem inclusos no mundo virtual. Essa inclusão está relacionada, no entanto, com o acesso à língua dos ouvintes e ao acatamento de suas normas de correta escrita.

Aponta-se, então, para uma contradição, pois, se de um lado a proposta é de incluir, por outro lado, os sentidos que são construídos a partir do texto reportam às pessoas surdas pela perspectiva da ausência e pelo acesso às regras da língua das pessoas ouvintes. Desse modo, podemos verificar a oposição entre a proposta de inclusão com a barreira que ainda se impõe para que o indivíduo surdo seja incluído na sociedade e no mundo digital, pelo ponto de vista da “diferença” e de acordo com sua cultura e identidade surda: por meio da aceitação da sua língua materna, a Língua Brasileira de Sinais.

Em relação a essa oposição, temos o quadro 5, que sumariza esses sentidos:



Quadro 5: Contradições na proposta de inclusão dos surdos.

Legenda: Símbolo (___) indica oposição dos sentidos dos termos; Símbolo (----) indica sinómia de um termo em relação a outro; Símbolos (⊥, ⊥) indicam determinação de um termo em relação a outro.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

4. *Palavras finais*

Os resultados das análises apontam para sentidos de *Língua Brasileira de Sinais* como parte de um projeto “de inclusão” que envolve as pessoas surdas; todavia, esse projeto, como visto, é excludente, pois além de serem englobadas nas categorias de “excluídos digitais” e “deficientes físicos”, essas pessoas têm o acesso relacionado à língua dos ouvintes e ao acatamento de suas normas.

Sendo assim, é possível dizer que esses sentidos construídos para Língua Brasileira de Sinais reportam-se para a concepção clínico-patológica da surdez, segundo a qual o indivíduo surdo é visto pela perspectiva da patologia, da ausência e do déficit auditivo. A partir dessa visão e dessas classificações às pessoas surdas, inviabiliza-se a construção de uma sociedade, de fato, mais inclusiva, que inclua a comunidade surda, partindo, como dito, de sua cultura, de suas crenças e de sua língua – vista aqui a LIBRAS como marca principal da identidade surda.

Ressaltamos também que, nosso propósito com este trabalho não é desqualificar acerca do que é posto pela matéria, mas partimos do pressuposto de que a linguagem significa e foge às intenções dos falantes. O que foi apresentado expressa, dessa forma, uma análise do funcionamen-

to semântico no referido acontecimento. Ficou evidenciado nas análises que há um embate político das línguas, as quais funcionam numa distribuição desigual aos falantes, em que os sujeitos ouvintes parecem ter mais direito de falar, sobre o que, como e quando falar, enquanto que, para a comunidade surda, como vimos, existem certas restrições.

Por isso, este trabalho tratou sobre uma temática relevante, nos permitindo ter conhecimento de um mundo, de uma comunidade (a das pessoas surdas), o que nos faz refletir que todos nós temos nossas “diferenças”, afinal, cada indivíduo, seja surdo ou não– apresenta as suas e constitui uma identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERVOFOLHA. *Língua Brasileira de Sinais*. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 23/10/2020.

ANJ. Associação Nacional dos Jornais. *Maior jornal do Brasil, Folha consolida crescimento digital*. Disponível em: <<https://www.anj.org.br/site/component/k2/midia-nacional/29753-maior-jornal-do-brasil-folha-consolida-crescimento-digital.html>>. Acesso em: 22/07/2020.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. *Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS*. Brasília-DF: Senado, 2002.

GESSER, A. *Do patológico ao cultural na surdez*: Para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica dos paradigmas. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, vol. 47, n. 1, 223-39, Campinas, Jan/Jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132008000100013&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 out. 2020.

GUIMARÃES, E. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 51, n. 1, p. 49-68, Campinas, 2009.

_____. Domínio Semântico de Enunciação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (Orgs). *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes, RG Editores, 2007. p. 77-96

_____. *Semântica do acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. Campinas-SP: Pontes, 2002.

_____. *Semântica, enunciação e sentido*. 1. ed. Campinas-SP: Pontes, 2018.

KARNOPP, L. B.; POKORSKI, J. de O. Representações na literatura surda sobre modos de ser surdo. *Educação e Filosofia* (UFU – Impresso), v. 29, p. 355-373, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/2998>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

LULKIN, S. A. O discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. p. 33-49

SKLIAR, C. *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999.

_____. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. p. 7-32

_____. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). *Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial*. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. p. 97-140

WIXTROM, C. Two views of deafness. *The Deaf American*. Jess M. Smith (Editor). vol. 38. n. 1. Winter, 1988. Disponível em: <[https://www.gallaudet.edu/archives-and-deaf-collections/collections/the-deaf-american-1981-1989-\(vol-34-no-1-to-vol-39-no-4\)](https://www.gallaudet.edu/archives-and-deaf-collections/collections/the-deaf-american-1981-1989-(vol-34-no-1-to-vol-39-no-4))>. Acesso em: 03nov. 2020.

XAVIER, M. B. *Narrativas de vida como construção de identidades surdas*. Dissertação (Mestrado em Letras: Cultura, Educação e Linguagens) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista-BA, 2018. 138p.